

Intenção de retroceder estatuto de proteção dos lobos preocupa coligação C7

14 de Setembro, 2023

Depois da **presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen**, ter anunciado um **período de consulta de 18 dias acerca da coabitação dos lobos e seres humanos na União Europeia**, as Organizações Não Governamentais de Ambiente que integram a **Coligação C7** mostraram-se preocupadas com a intenção de retroceder a proteção dada a este animal.

“A comunidade científica, e não só, considera que a presença do lobo na Europa não é perigosa para os seres humanos, não existindo base científica que indique que as alcateias de lobos no continente se tenham tornado perigosas para o gado nem para as pessoas, apesar do que tem sido negligentemente veiculado por algumas figuras da Comissão Europeia”, lê-se no comunicado enviado à imprensa, “a Coligação C7 alerta para o facto de que, enquanto predadores no topo da cadeia alimentar, os lobos desempenham um papel fundamental na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e no controlo populacional de várias espécies, pelo que a sua proteção é crucial e indispensável se quisermos cumprir os compromissos nacionais e internacionais de conservação da biodiversidade”.

As ONGA's estão neste momento a elaborar uma carta dirigida a Ursula von der Leyen, para chamar a atenção da responsabilidade da Comissão Europeia na proteção e conservação de espécies, além de afirmarem que os riscos de ataques por lobos são “extremamente baixos” e que “não há provas na Europa de quaisquer mortes humanas com os lobos neste século”.

Atualmente, os grandes carnívoros, como os lobos, são espécies legalmente protegidas na União Europeia pela Directiva Habitats da UE e pela Convenção de Berna. Depois de terem estado à beira da extinção em várias regiões, têm vindo a registar um regresso notável às paisagens europeias, apesar de ainda centenas de lobos serem abatidos todos os anos.

Em Portugal, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) possui uma medida que promove um estado de conservação favorável do lobo-ibérico, minimizando possíveis conflitos entre as comunidades rurais e esta espécie. A medida apoia financeiramente os produtores pecuários para implementarem medidas que melhor protegem os seus efetivos contra ataques de lobo, através de um apoio à manutenção de cães de proteção de gado, com vista a diminuir os possíveis prejuízos causados à atividade pecuária.

A Coligação C7 enfatiza, assim, a importância de implementar “sem hesitação” as medidas previstas no **Plano de Ação para a Conservação do Lobo-Ibérico em Portugal (PACLobo)**, de forma a promover o aumento das populações da espécie em Portugal, especialmente a sul do rio Douro.